

Importância do jornalismo na construção da esfera pública: o que diz o Le Monde Diplomatique Brasil sobre os movimentos sociais.

Karen TEROSSI, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP-SP.

RESUMO

Dentro da perspectiva de Jürgen Habermas, que delineia um conceito normativo de esfera pública e de sua importância para a democracia, esta pesquisa se propõe analisar como o jornalismo pode contribuir para a construção da opinião pública, que pressiona os poderes políticos formais. As informações e opiniões relacionadas aos movimentos sociais na imprensa são de extrema importância para a reflexão sobre a democracia, diante das mudanças nos modos de participação da sociedade no poder político. Com o objetivo de entender as contribuições do jornalismo sobre as questões levadas ao público pelos movimentos sociais, este trabalho propõe uma análise do jornal Le Monde Diplomatique Brasil. A partir do método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin, que prioriza a análise qualitativa, a pesquisa busca verificar as representações dos movimentos sociais e como são construídas nos textos, além de sua relevância para os debates na esfera pública. Desse modo, busca-se apontar pontos positivos e negativos na cobertura jornalística do veículo, que possam contribuir tanto para a prática quanto para os estudos do jornalismo.

Palavras-chave: esfera pública; movimentos sociais; jornalismo; Le Monde Diplomatique Brasil.

INTRODUÇÃO

O aprofundamento das discussões sobre o aperfeiçoamento democrático e sobre os problemas que as democracias contemporâneas enfrentam hoje passa, necessariamente, pelas articulações que a política estabelece com o campo da comunicação, sendo tais relações são cada vez mais necessárias e visíveis aos cidadãos.

Habermas (1984) considera que, em uma democracia, a tomada de decisões políticas pelas instâncias formais do poder deve levar em conta os entendimentos produzidos na esfera pública. Autores da linha teórica habermasiana, como Rousiley Maia (2002) e Wilson Gomes (1998), apontam a importância dos meios de comunicação de massa para subsidiar as discussões que formam a opinião pública.

Nesse sentido, o jornalismo tem papel central na vida política contemporânea (MIGUEL, 2002), uma vez que exerce a função não só de mediação, como também de processamento de informações importantes para a prática democrática. Se a liberdade de imprensa é um dos alicerces da democracia ditada pelos liberais, o direito à informação

passou a ser essencial ao aperfeiçoamento democrático, como um “direito-meio” (GENTILLI, 2005, p. 118) para a luta por justiça social e expansão da cidadania.

Partindo dessas noções, este trabalho analisa o modo como as representações são construídas em uma publicação jornalística, o *Le Monde Diplomatique Brasil*, e como elas podem contribuir para o debate público sobre questões de interesse coletivo. A relevância do pensamento de Habermas, que será tomado como base, está, justamente, em articular as práticas democráticas aos meios de comunicação e, apesar do tom por vezes pessimista, abrir brechas para a busca de alternativas políticas pelos atores sociais.

Considerando a importância que a sociedade civil tem adquirido nas democracias contemporâneas, analisamos as representações dos movimentos sociais construídas pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*. Para a análise, também tomamos por base algumas questões teóricas sobre os movimentos sociais e suas novas relações com a sociedade em geral e com o poder estatal.

ESFERA PÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para entender as relações entre os movimentos sociais com a esfera pública e, desse modo, analisar as representações deles pelo jornalismo, passamos agora a uma rápida discussão sobre suas características e sobre sua inserção na sociedade.

Como atores coletivos, os movimentos sociais constituem parte do que se pode chamar de sociedade civil, o espaço em que os grupos organizam e defendem seus interesses, na luta pela hegemonia (BOBBIO, 1982). É a esfera em que se formam e se difundem os valores e ideologias e, portanto, nesta concepção, está relacionada às contradições sociais e culturais. Neste sentido, a definição de movimento social vai além de qualquer determinismo materialista, representando um conflito entre setores da população pela conquista ou manutenção de bens econômicos, culturais e políticos.

Os movimentos sociais devem ser entendidos como formas de ação coletiva que possuem algum tipo de organização interna. Segundo Castells (2001), um movimento social pode ser interpretado nos termos de sua “própria dinâmica específica” e de sua interação com aquilo que sustenta sua existência. Nas palavras do autor:

(...) eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos como se somente pudesse existir revelando as contradições estruturais “reais”. (p. 94)

Isto significa que determinado movimento social pode ser interpretado pelas relações entre seus discursos, práticas e valores com os processos sociais aos quais estão ligados. Conforme Alain Touraine (1994, *apud* GOHN, 1997), eles constituem parte do sistema de forças sociais, ou seja, o autor “vê os movimentos não como fatos excepcionais ou anormais, mas como criadores de vida social, por meio de suas práticas, normas e instituições” (GOHN, 1997, p. 149).

Para que se possa compreender os movimentos sociais de maneira mais sistemática, devem ser observados três princípios, de acordo com a tipologia clássica de Touraine: identidade, oposição e totalidade. Na interpretação de Castells, a identidade está na própria autodefinição do movimento; seu “inimigo” é expressamente declarado e a totalidade indica a “meta societal”, ou seja, a “ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove” (CASTELLS, 2001, p. 95-96).

Se os antigos movimentos operários e revolucionários baseavam suas lutas na noção de classe e visavam à criação de uma nova estrutura econômica e social, hoje os “novos movimentos sociais” têm essa noção “economicista” enfraquecida.

As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (TOURAINÉ, 1994 *apud* GOHN, 1997, p. 152)

No Brasil, seja nos tempos de Colônia, de Império ou na República, o Estado e os grupos dominantes, quando não reprimiram os movimentos sociais, incorporaram suas reivindicações de forma desfigurada. Porém, a partir dos anos 70, com a proliferação de novos movimentos e organizações sociais, a noção de cidadania começou a transformar em direitos o que antes tinham um sentido de “favor”. E nesse sentido, com a redemocratização, segundo Evelina Dagnino (1994), as atitudes de confronto deram lugar à valorização de condutas institucionais e ações propositivas, da cidadania ativa, ideia reafirmada por outros autores.

Essa redefinição das formas de luta dos movimentos sociais fomentou a elaboração de análises, nas quais emerge uma nova concepção de sociedade civil. Esta passa a ser entendida como a esfera, na qual se desenvolve uma articulação entre os movimentos sociais e as agências estatais por espaços democráticos de representação e interlocução pública para o reconhecimento, garantia e consolidação de direitos de cidadania (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 15-16).

De acordo com Dagnino, hoje no Brasil os movimentos sociais estão relacionados à emergência de uma nova noção de cidadania, que deriva da experiência dos movimentos urbanos e rurais, de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, etc. A insuficiência dos direitos abstratos e formais alavancou a luta pela igualdade efetiva, baseada no reconhecimento das diferenças. Essa nova cidadania, em que o cidadão tem “direito a ter direitos” requer “sujeitos sociais e ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Seja por essa nova concepção ativa da cidadania, seja pelo ataque do neoliberalismo aos direitos sociais, ou mesmo pela relação causal que possa haver entre os dois, ocorre uma ressignificação da sociedade civil. O Estado incentiva o setor privado e o terceiro setor à oferta de serviços que seriam de sua competência, despolitizando as reivindicações. Nesse sentido, hoje o grande desafio dos movimentos sociais no Brasil consiste em politizar as questões sociais, pressionando os governos no aperfeiçoamento e extensão da cidadania. O fortalecimento da sociedade civil, expressa na sua participação direta na elaboração de políticas públicas, significa, antes de qualquer coisa, a reafirmação do poder do Estado na solução dos problemas sociais.

REPRESENTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO JORNALISMO

Seja por vias de participação mais direta na elaboração de políticas públicas, seja pelas contribuições na formação da opinião pública, os movimentos sociais procuram mudar as interpretações dominantes sobre os problemas sociais para articular projetos políticos e sociais alternativos. E, inseridos nestes movimentos, os cidadãos conseguem desenvolver melhor suas habilidades argumentativas, ficando capacitados a transformar suas demandas em discursos politizados.

Associar-se em torno de uma causa comum ou de problemas afetando diretamente a própria vida desperta o desejo e a vontade de aprender, faz aguçar a atenção para informações relacionadas a tal matéria, seja através da vivência prática e de discussões informais, seja através de publicações especializadas e de matéria divulgado pela mídia. (MAIA, 2003, p. 14)

Neste sentido, a comunicação dos movimentos sociais, tanto interna quanto externa, é uma variável determinante para alcançar seus objetivos, o que pode ser verificado no uso que faz de cartazes, panfletos, jornais, *fanzines*.

No entanto, embora consigam expressar de modo mais coerente e organizado suas demandas, os cidadãos organizados buscam visibilidade na grande mídia por meio de demonstrações públicas ou “actos desviantes” (GOLDENBERG, 1975 *apud* SOUSA, 2006, p. 123). Isso porque, para a mídia, eles precisam “produzir” notícias: demonstrações públicas como passeatas e manifestações, por exemplo, são uma forma dos movimentos causarem surpresa e, assim, conseguirem espaço na mídia. A partir desta visibilidade, podem introduzir seus temas na esfera pública. O problema é que parte considerável dos meios de comunicação trata as demonstrações destes movimentos como mero espetáculo, desprezando seu caráter e conteúdo político¹. Isso não deixa, contudo, de ser uma via para direcionar a atenção pública para tais temas.

O jornalismo, portanto, representa um meio não só para dar visibilidade ao poder e às possibilidades de escolha, como também para mostrar as lutas pela ampliação da cidadania. Gentilli considera o jornalismo, pensando em um modelo típico-ideal,

(...) uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILLI, 2005, p. 142)

Como mediador, o jornalista proporciona visibilidade às questões referentes à cidadania, selecionando e organizando as informações que julga necessárias para o cidadão. Por isso acaba sendo também um representante do público, reforçando a idéia de que “ao comprar um jornal, ou assiná-lo, o cidadão concede aos jornalistas o direito e o dever de buscar informações em seu nome” (p. 144-145). Apesar de livre, portanto, o jornalismo tem responsabilidades com a cidadania, porque a informação não é uma mercadoria como as outras. Nesse sentido, a qualidade que os cidadãos devem exigir das informações jornalísticas, segundo este autor, passa fundamentalmente pela pluralidade e pela profundidade.

Segundo Nelson Traquina (2001), a preocupação em praticar o que ele chama de jornalismo cívico ou público, e que muitos chamam de jornalismo alternativo, está ligada justamente à transformação das prioridades do jornalista na elaboração de

¹ Com base em pesquisas anteriores que realizamos, sobre as representações dos movimentos sociais nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Relatório de iniciação científica enviado ao CNPQ (2007-2008)

reportagens. O foco da notícia não deve estar ligado, neste caso, aos jogos políticos institucionais e aos seus desvios éticos, mas às demandas da sociedade.

Uma vez na esfera da visibilidade midiática, os discursos dos movimentos sociais podem chamar a atenção da opinião pública, colocando em xeque pontos de vista hegemônicos e mostrando perspectivas alternativas. A partir de argumentos que demonstrem problemas e mesmo ilegitimidade no centro do poder político, pode-se confrontar com novas interpretações da realidade e, assim, contribuir para a construção de um debate público. Chamados a justificar-se, os representantes políticos dão continuidade à troca de argumentos na esfera midiática.

A longo prazo, as visões de grupos não-hegemônicos na mídia podem contribuir para a mobilização da opinião pública e, assim, para a deliberação favorável dos poderes instituídos. No debate, os temas introduzidos podem despertar polêmicas entre especialistas.

A partir do momento em que se apela para um saber especializado, a fim de tratar de problemas relevantes para a argumentação política, percebe-se que ele possui um teor normativo que desencadeia controvérsias polarizadoras entre os próprios especialistas. (HABERMAS, 1997, p. 83)

As polêmicas podem se estender a outros atores da sociedade civil, que não necessariamente estejam ligados a um saber especializado. É bom ressaltar que não se pode restringir a participação neste debate a “falas competentes”, o que seria também autoritário, uma vez que as possíveis decisões políticas tomadas por pressão da opinião pública atingem toda a sociedade.

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas sociais, demanda um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva. (p. 18)

Se os meios de comunicação proporcionam a chance de confrontar opiniões políticas, a visibilidade midiática tem grande potencial para criar uma esfera pública ativa que, como já foi dito, aperfeiçoa as justificações e a tomada de decisões políticas.

É claro que não estamos afirmando que os efeitos das notícias são determinados simplesmente pelo seu formato ou conteúdo. Sousa (2006, p. 132) lembra que estes

efeitos variam em função das pessoas que a recebem², das circunstâncias de recepção³ e mesmo do acaso. No entanto, se os efeitos dependem também da própria notícia, é pertinente compreender de que forma ela pode ser construída para melhor corresponder ao aperfeiçoamento da cidadania.

Para avançar a discussão, passamos à análise do Le Monde Diplomatique Brasil, procurando observar de que forma ele dá a visibilidade aos movimentos sociais. Tendo em vista a autodefinição da publicação, como “jornalismo crítico”, nos propomos a analisar em que medida seu conteúdo contém subsídios para a construção de um debate público sobre as questões levantadas por esses atores sociais.

ANÁLISE

A análise do Le Monde Diplomatique Brasil visa identificar as representações dos movimentos sociais nele veiculadas e como são construídas nos textos, observando-se, por exemplo, o uso de vozes plurais, argumentos e dados.

O caderno mensal Le Monde Diplomatique Brasil deriva do caderno especial do jornal francês diário Le Monde, que foi criado para tratar dos assuntos da atualidade com mais profundidade. Hoje, o caderno tem 84 versões internacionais (entre digitais e impressas), em 27 idiomas diferentes. A edição brasileira surgiu na Web em 1999 e começou a ser impressa em agosto de 2007, pelo Instituto Polis, ONG direcionada à formulação de políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local. Na edição brasileira, entre 60 a 70% do conteúdo são de matérias internacionais e o restante de produções nacionais, sobre as quais se limitará esta análise.

De acordo com o site da publicação, a linha editorial do Le Monde Diplomatique prima pela profundidade e pela ideia da cidadania planetária, o que implica em críticas ao modelo neoliberal. A produção do jornal é feita por uma reduzida equipe de profissionais que define a pauta e convida articulistas para escreverem os textos. Desse modo, o jornal é constituído tanto por matérias informativas quanto por artigos opinativos. O fato de convidar articulistas que são pesquisadores do meio acadêmico acaba levando alguns textos a terem informações de publicações científicas. Também são convidados representantes de organizações da sociedade civil, o que às vezes resulta em textos de caráter panfletário ou de propaganda.

² Em cada pessoa, os efeitos das notícias dependem de aspectos fisiológicos, afetivos, cognitivos e comportamentais.

³ Referem-se às circunstâncias sociais, ideológicas e culturais.

METODOLOGIA

Para a análise do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, selecionamos uma amostra de edições do período de um ano, de outubro de 2007 a setembro de 2008. A análise foi feita pelo método de Análise de Conteúdo exposto por Laurence Bardin (1988), que inclui operações qualitativas complementares, para gerar inferências mais complexas. Para compreender as contribuições ou problemas no jornalismo praticado que interfiram na formação da opinião pública, é preciso ir além das análises estatísticas e verificar os elementos textuais a partir de suas articulações.

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de freqüências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina). (LAGO; BENETTI, 2007, p. 126-127)

Conforme as indicações de Bardin, nossa análise teve início com uma “leitura flutuante” das matérias que tratavam dos movimentos sociais. Nesta leitura prévia, surgiram algumas hipóteses relacionadas aos estudos da esfera pública e dos movimentos sociais. A partir disso, o material coletado teve seu conteúdo descrito e classificado em categorias, definidas pela grande freqüência com que apareciam nos textos. São elas: democracia; cidadania social; capitalismo; pressão ao governo/papel do Estado; organização interna e articulações externas; e humanização. De acordo com Bardin, o desmembramento do texto em unidades convém à descoberta dos núcleos de sentido que constituem a mensagem.

A interpretação do material foi realizada a partir do método indutivo, que pressupõe chegar a tendências gerais da cobertura jornalística, a partir de particularidades das reportagens. Em seguida, essas inferências foram discutidas com alguns conceitos teóricos trabalhados na parte inicial, de modo a encontrar deficiências e contribuições das mensagens para o debate público.

DESCRIÇÃO

Apresentamos em seguida, de forma bastante resumida, as ideias presentes em cada uma das categorias analisadas:

Democracia

Apresenta críticas aos vícios da democracia brasileira (personalismo, patrimonialismo, patriarcado, clientelismo, nepotismo, etc.); considera positivas as ações que “repolitizam” a política brasileira, aquelas que introduzem na esfera pública temas que dizem respeito ao bem-estar da sociedade; valoriza propostas de ampliação da participação popular no poder; considera importante a “dimensão educacional-pedagógica” dessas propostas; reconhece as desigualdades sociais como obstáculos a maior participação política da população.

Cidadania social

Trata a luta dos movimentos sociais como uma luta por “direitos”; considera que a desigualdade social existe, em boa parte, porque o Brasil não teve uma experiência revolucionária de sucesso; liga a noção de coletividade à ideia de humanidade; critica a reforma agrária como assistencialista; considera que a sociedade deva ser ativa para conquistar direitos; considera a identidade cultural e os símbolos como um fator central na luta contra o racismo; descreve e valoriza a resistência dos negros em prol da conservação de sua cultura; ironiza o progresso em detrimento da destruição de povos indígenas e recursos naturais; afirma a importância da identidade para um movimento, principalmente os urbanos, que possuem mais dificuldade na constituição de uma; dá visibilidade e valoriza caráter propositivo e as iniciativas dos movimentos sociais.

Neste item também cabem os textos de autoria de dois movimentos sociais, que possuem tom panfletário e declaram em prol de quê e contra o quê lutam.

Capitalismo

Considerado obstáculo às políticas públicas que objetivam a justiça social, e aos movimentos sociais; considerado uma influência negativa para a democracia.

Nos textos de autoria própria dos movimentos, o capitalismo aparece como um mal para os indivíduos e para a sociedade.

Pressão ao governo/papel do Estado

Estado é visto como aliado de grupos sociais de maior poder aquisitivo e, dessa forma, prejudicial à justiça social; dados fornecidos pelo governo e políticas públicas são questionados a partir de outros dados e com vozes de diversos atores sociais; governo apresenta respostas às críticas; governo reconhece alguns problemas; Estado é repressor nos casos em que usa a força policial no tratamento aos movimentos sociais.

Organização interna e articulações externas

A organização interna é apresentada como coerente com os valores e demandas do movimento; sociabilidade interna reflete a sociedade que o movimento reivindica;

descrições que indicam forte sentido de coletividade; movimentos possuem soluções criativas e eficazes para muitos de seus problemas.

Humanização

Integrantes de um movimento vivem em condições precárias; existe relação afetiva de outro movimento com a terra que reivindica para si.

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na análise do *Le Monde Diplomatique Brasil*, observamos, de modo geral, a presença da ideia de que a sociedade civil tem se fortalecido cada vez mais, ligada ao caráter “ativo” da noção de cidadania. É nesse sentido que as críticas do *Le Monde* à democracia, não em sua essência, mas nos contornos que possui no Brasil, culminam na proposição de novas formas de participação política. O reconhecimento dos problemas da democracia brasileira aparece como um consenso entre atores da sociedade civil, pesquisas científicas e o próprio veículo. Ainda que possamos questionar a falta de argumentos dissonantes, os casos de uso privado da máquina pública apresentados pela grande mídia só servem a corroborar estes julgamentos sobre a democracia.

A sociedade civil é relacionada ao tema da democracia, a partir da necessidade de ampliação de sua participação política, para superar esses problemas e introduzir discussões no cenário político que dizem respeito aos reais problemas da sociedade brasileira. De certa forma, esta ideia apresenta um contraponto à grande quantidade de notícias sobre corrupção do noticiário político da grande imprensa.

Quanto à aposta em formas de participação direta, está mais relacionada nos textos às entidades civis de forma geral, e não especificamente aos movimentos sociais, ainda que eles sejam mencionados. De qualquer forma, tanto os movimentos em si quanto suas demandas por maior participação são legitimados e suas ações neste sentido são vistas de forma positiva, com caráter “educacional-pedagógico”. Algumas experiências chegam a servir de “exemplo” para propor novos modelos participativos de formulação e implantação de políticas públicas. Podemos até questionar se este caráter mais ativo e propositivo dos movimentos sociais não é uma forma que os próprios movimentos ou que o discurso do jornal encontrou para legitimá-los, dentro de um contexto de valorização das iniciativas do terceiro setor.

O discurso sobre o caráter ativo da sociedade civil, no entanto, não deixa de lado a possibilidade de uma participação ingênua ou despreparada no poder decisório. Tanto é

assim, que se prevê a necessidade de pensar alternativas, dentro do modelo participativo proposto, para superar as desigualdades entre os atores.

Também este caráter ativo não indica a diminuição das obrigações do Estado com o bem-estar social. Ao falar, de modo geral, sobre os sentimentos relacionados aos movimentos, trata-se de “solidariedade”, não de caridade, e a repetição de palavras como “direito” e “cidadania” ressaltam a responsabilidade do Estado para com os problemas sociais. Reforçando o poder e a necessidade do Estado, este é visto em determinados momentos como aliado das redes de entidades e movimentos sociais, na medida em que corresponde às expectativas e necessidades reivindicadas. Constatamos que alguns exemplos de soluções internas para problemas coletivos são vistos como insuficientes e, então, o poder público é chamado à sua responsabilidade. A legitimidade da ação do poder público é reforçada pelas próprias respostas deste que são apresentadas nas matérias, com dados e mesmo o reconhecimento do Incra, por exemplo, das falhas na questão da reforma agrária. Sobre este ponto, inclusive, aparecem ainda argumentos de outras fontes com suposta credibilidade, e mesmo dados de pesquisas criticando a atuação dos governos.

Destas construções argumentativas, decorre a pressão sobre o poder público, e o Estado pode mesmo aparecer como antagonista direto dos movimentos sociais, quando recorre à força para reprimi-los. A representação do antagonismo é explicada com base nos problemas da democracia brasileira, principalmente os que se referem às oligarquias regionais, responsabilizadas historicamente pelas desigualdades sociais e pelas situações opressivas, tanto material quanto ideologicamente.

Nesse sentido, aparece uma forte noção de que o sistema econômico, do qual estas elites são a maior expressão, é o principal adversário dos movimentos sociais. No caso da matéria sobre as dificuldades dos assentamentos rurais, o próprio poder público confirma a prioridade dada ao agronegócio, ligado às elites econômicas. De qualquer forma, excetuando os textos próprios do MST e da MMC que falam em “luta de classes”, o antagonismo parece mais relacionado às práticas neoliberais e à imbricação do poder econômico na política do que ao sistema capitalista em si.

A identidade dos movimentos sociais, porém, não se constitui apenas pelas críticas de âmbito econômico e antagonismos políticos, e este fato não é ignorado pelo *Le Monde*. Por vezes, a publicação recorre à história das mobilizações sociais e formas de resistência cultural de grupos específicos, como os indígenas e as mulheres negras,

para afirmar a importância das lutas. Dessa forma, é reforçada a identidade cultural dos indivíduos, favorecendo a identidade deles como militantes.

A organização interna também é representada como um elemento reforçador da identidade dos movimentos, pois geralmente se apresenta como uma nova forma de sociabilidade. Nesse sentido, aparecem detalhes mais “humanizados”, as falas de militantes e as explicações das formas organizativas em si, reiterando o sentido de coletividade existente.

Por essas razões, a força argumentativa e retórica dos textos é muito intensa. Ao detalhar a organização interna, baseada no sentido coletivo, e mostrar movimentos mais ativos, buscando soluções próprias e também aderindo às redes que incluem organizações do terceiro setor, os movimentos ganham legitimidade para além da criminalização verificada na maioria dos veículos da grande imprensa. Talvez possamos dizer, até mesmo, que o sentido de “vitimização” construídos nos textos panfletários dos movimentos não tenha tanto respaldo da sociedade quanto as matérias jornalísticas que mostram, além dos discursos reivindicativos, iniciativas próprias dos movimentos.

Podemos questionar também o uso de textos dos próprios movimentos que, com esse tom panfletário, pouco acrescenta em termos de informação. Apesar da argumentação presente neles, o fato de não estarem ligados a informações acaba descaracterizando um pouco a publicação como jornalística. Não deixa de ser, contudo, uma iniciativa importante, ainda que seja necessário avaliar melhor como estes textos podem interferir na credibilidade ou no adensamento das questões tratadas.

Voltando às matérias mais jornalísticas, outro elemento reforçador positivo dos movimentos é o uso recorrente da ideia de abertura ao diálogo. Ao dizer que a organização interna possui instâncias de debate, e que este também é realizado com outros atores sociais, confere-se uma característica extremamente positiva ao movimento, dentro de um contexto democrático que valoriza a pluralidade de vozes.

As matérias também trabalham com uma variedade de fontes de informação, que vão desde os próprios movimentos, até órgãos do governo, atores da esfera política institucional, ONGs, redes de entidades civis, e outras instituições bastante conhecidas no Brasil, como a CNBB, a USP e a FAO.

O uso de artigos científicos e falas de pesquisadores, portanto, não significa a redução das discussões ao discurso especializado, mesmo porque quem se destaca são os atores da sociedade civil. Seja pela busca de pluralidade de vozes, que provoca o

adensamento dos argumentos e das informações, seja pela busca do adensamento, que leva à pluralidade, o fato é que há um ganho qualitativo das informações publicadas. Se, como Maia (2006) afirma sobre as discussões públicas, o “vai-e-vem argumentativo” filtra preferências irracionais, particularistas e simplórias, a publicidade das demandas dos movimentos sociais pode aumentar a qualidade das informações e opiniões. No dizer de Habermas, é estabelecida uma comunicação sem sujeito, uma vez que os argumentos se tornam mais gerais e abrangentes.

Por outro lado, não podemos falar da constituição de debates dentro das próprias matérias, porque não há exposição dos argumentos dos principais antagonistas dos movimentos. No entanto, usar esta observação para criticar as reportagens parece simplificar demais a questão, uma vez que a grande mídia já se encarrega de expor os argumentos das partes adversárias, como dados sem questionamentos.

Também se acrescenta a isso o fato de que, por não serem hegemônicos, esses grupos sociais precisam de um discurso bem fundamentado, com o mínimo de elementos que possam servir à refutação de suas argumentações. Por isso, o posicionamento editorial do *Le Monde Diplomatique Brasil* pode ser definido claramente como partidário das reivindicações dos movimentos sociais tratados pelas reportagens.

Conforme este imperativo, a construção dos textos sobre os movimentos sociais no jornal tem a força argumentativa de fatos históricos, informações baseadas em dados e fatos, o que significa que não se trata de um discurso panfletário constituído de generalidades. Possui ainda falas de atores sociais envolvidos e outros com suposta autonomia e credibilidade. E justamente a articulação entre opiniões e os dados fornecidos, ao mesmo tempo em que incorpora a retórica do texto, tem um potencial de criar debates entre os leitores, ainda que seja ingenuidade supor que haja grande número de leitores simultaneamente da grande imprensa e de jornais dito “alternativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que algumas correntes teóricas entendam os movimentos sociais como expressões de disfunções no sistema social, compreendemos que, por representarem os conflitos existentes na sociedade, eles ampliam a politização da vida social. Na medida em que inserem demandas e discussões na esfera pública, os movimentos sociais adquirem importância para o aperfeiçoamento democrático, uma vez que, com sucesso ou não, provocam mudanças nas relações políticas e sociais. Isso se deve muito ao fato

de que organizações da sociedade civil conseguem melhor articular nos seus discursos as demandas da sociedade. Para, de fato, exercer influência sobre a opinião pública e, assim, pressionar os poderes formais, os atores da sociedade civil buscam obter visibilidade midiática às suas falas. A construção do debate público hoje não depende de uma situação de co-presença dos indivíduos, já que a opinião pública recebe subsídios dos meios de comunicação para se formar.

Não queremos aqui reduzir os fatores que influenciam o debate público somente à mídia. Reconhecemos que elementos demográficos, predisposições, níveis de interesse, atenção e conhecimento das redes de conversação são algumas das variáveis presentes na formação da opinião pública. Por isso, também, não procuramos prever como ela vai ser formulada, mas tão somente discutir como uma dessas variáveis, o jornalismo, pode contribuir para a construção de um efetivo debate público.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, percebemos que um tratamento mais adequado dos movimentos sociais passa não só pelas questões políticas que os envolve, mas também pelas questões culturais. Principalmente no Brasil, é importante considerar fatores como o autoritarismo presente nas relações sociais em geral, que se reproduzem em muitos produtos midiáticos como, por exemplo, algumas novelas. Para além do mito da objetividade, o jornalismo tem uma responsabilidade social que extrapola a reprodução do que está dado e demanda uma posição crítica na sociedade.

Uma das formas de alcançar este objetivo é promover um tratamento plural da informação. Fontes da sociedade civil e especialistas devem ter voz para contrapor ou mesmo reafirmar os discursos das fontes oficiais. No que se refere aos fatos, a pluralidade é uma forma de, senão garantir, ao menos aumentar as chances de publicar informações confiáveis. Quanto às opiniões, recorrer a diversas fontes aumenta a qualidade das discussões levadas a público. Ao jornalista, supor simplesmente que seu público não tem aptidão para lidar com informações e opiniões mais densas é cair em um ciclo vicioso, que nada contribui para o aperfeiçoamento da cidadania.

Por outro lado, o adensamento das discussões na esfera pública passa por outros campos, que não só o jornalismo. Até que ponto os cidadãos estão interessados pela coisa pública, a ponto de darem atenção à formulação de juízos políticos, é uma questão que certamente vai além das contribuições que o jornalismo pode oferecer.

Analisando o *Le Monde Diplomatique Brasil*, percebemos textos com uma intensa força argumentativa com relação à relevância pública das questões levantadas pelos movimentos sociais. As críticas apresentadas apontam não só os problemas, como

também soluções, o que na maioria dos casos está ausente na grade mídia. Leitores de ambos os tipos de jornais evidentemente adquirem maior criticidade para discutir os temas coletivos, mas não podemos supor que todos os indivíduos tenham tempo ou disponibilidade material para fazer estas leituras.

Por isso, na imprensa diária, na televisão, no rádio ou na internet, pensamos ser necessária uma reflexão sobre formas de tratamento das questões de interesse coletivo, que superem as deficiências informativas e opinativas, seja por não serem plurais ou por serem superficiais. Algumas construções noticiosas do *Le Monde Diplomatique*, como por exemplo, de um fato se desdobrar uma problemática, podem ser interessantes a esta reflexão. As fontes plurais e o adensamento das discussões podem contribuir também para a formação de um leitor mais informado e ao mesmo tempo mais cético, que busque outras fontes de informação.

Neste ponto, podemos dizer que iniciativas como os observatórios de imprensa adquirem importância para pressionar o jornalismo a ser responsável na apuração e apresentação das informações, além de cumprir com seu papel social na democracia. Mais do que ser livre, a imprensa é instrumento dos cidadãos para dar visibilidade não só aos poderes, como também às demandas da sociedade. É de uma relação transparente, plural e responsável entre opinião pública, poderes institucionais e jornalismo que depende a qualidade da democracia e da cidadania que queremos.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro; SILVA Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2009.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. **Anais do VII Encontro anual da Compós**, São Paulo, 1998b.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e democracia** – entre facticidade e validade, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Political Communication in Media Society** – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. In: *Communication Theory*, v.16, p. 411-426, 2006.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAIA, Rousiley Celi. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. **Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós**, Rio de Janeiro, 2002. 16 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

_____. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. **Comunicação apresentada no XII Encontro da Compós**, Porto Alegre, 2003. 22 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Trabalho apresentado no XV Encontro da Compós**, Bauru, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, v.56, p.155-184, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.